



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)

Data da reunião: 22/10/2019

Presidente: Senador Dário Berger

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p>PL 861/2019</p> <p>Ementa: Isenta do pagamento de taxas ou emolumentos pela emissão de passaportes e demais documentos de viagem, no território nacional, os estudantes brasileiros que comprovadamente requeiram esses documentos com o objetivo de realizar atividade de ensino, pesquisa ou extensão no exterior.</p> <p>Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação com uma emenda que apresenta.	<p>O projeto pretende isentar do pagamento de taxas e emolumentos pela emissão de passaportes e demais documentos de viagem, no território nacional, os estudantes brasileiros que comprovadamente requeiram esses documentos com o objetivo de realizar atividade de ensino, pesquisa ou extensão no exterior.</p> <p>O relator apresenta emenda para limitar o benefício aos estudantes comprovadamente carentes, nos termos de regulamento.</p> <ol style="list-style-type: none">1. Em 08/10/2019, após leitura do relatório, foi concedida vista coletiva;2. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa;3. A matéria constou da pauta da reunião de 08/10 e 15/10/2019.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	<p>PL 2119/2019</p> <p>Ementa: Fica criado o título Cidade Amiga do Idoso, a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visem a assegurar tratamento mais digno às pessoas idosas.</p> <p>Autoria: Câmara dos Deputados</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senadora Leila Barros	Pela aprovação com as emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDH.	<p>O projeto pretende criar o título “Cidade Amiga do Idoso”, a ser conferido pelo Poder Público às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visem a assegurar tratamento digno e envelhecimento ativo às pessoas idosas, especialmente nas áreas de transporte, moradia, participação social, respeito e inclusão social e participação cívica e emprego; prédios públicos e espaços abertos, comunicação e informação, apoio comunitário e serviços de saúde e segurança. A escolha dos agraciados será feita por conselho, composto por representantes dos governos federal, estaduais, distrital e municipais, bem como por integrantes das entidades representativas da população idosa, na periodicidade que julgar conveniente. O título será válido por três anos, salvo regra diversa estipulada pelo conselho, podendo ser utilizado em documentos oficiais da municipalidade. Por fim, a honraria poderá ser revogada, caso o município não cumpra os compromissos assumidos com o conselho.</p> <p>Na CDH, foram aprovadas emendas para: adequar a técnica legislativa; suprimir a referência ao prazo para regulamentação da lei eventualmente aprovada, evitando a invasão do Poder Legislativo sobre competência constitucionalmente conferida ao Poder Executivo; e inserir cláusula de vigência.</p> <p>A relatora é pela aprovação do projeto e das emendas da CDH.</p> <p>Em 08/08/2019, foi aprovado parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, favorável ao projeto com emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDH.</p>
3	<p>PL 3964/2019</p> <p>Ementa: Dispõe sobre o exercício de direitos culturais e a realização de apresentações culturais no âmbito da infraestrutura dos serviços públicos de mobilidade urbana.</p> <p>Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Eduardo Gomes	Pela aprovação.	<p>O PL pretende: a) estabelecer que os três níveis do Poder Público devem garantir e incentivar o exercício dos direitos culturais no âmbito dos serviços públicos de mobilidade urbana; b) dispor que apresentações culturais serão permitidas conforme a definição constante do art. 3º, § 3º, da Lei 12.587/2012 e que não poderão interferir na função precípua dos respectivos espaços, sendo vedada a cobrança de cachê, mas admitida a solicitação de contribuições espontâneas; c) definir o conceito de apresentação cultural; e d) esclarecer que a norma proposta aplica-se aos serviços de transporte prestados direta ou indiretamente pela administração pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.</p> <p>A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.</p>
4	<p>PL 4487/2019</p> <p>Ementa: Confere ao Município de Nova Esperança, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Seda.</p> <p>Autoria: Câmara dos Deputados</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Flávio Arns	Pela aprovação.	<p>O projeto tem por objetivo conceder ao Município de Nova Esperança, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Seda.</p> <p>A matéria constou da pauta da reunião de 15/10/2019.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
5	PLC 193/2015 Ementa: Institui o Dia Nacional do Trabalhador em Locação. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Angelo Coronel	Pela rejeição.	<p>O projeto pretende instituir o Dia Nacional do Trabalhador em Locação, a ser celebrado anualmente em 13 de julho.</p> <p>A matéria constou da pauta da reunião de 08/10 e 15/10/2019.</p>
6	PL 2342/2019 Ementa: Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para dispor sobre o letramento em programação computacional nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves [tramitação] Terminativo	Senador Confúcio Moura	Pela aprovação com uma emenda que apresenta.	<p>O projeto tem o objetivo de alterar a Lei 11.892/2008 para incluir, entre as finalidades e características dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a qualificação como centro de referência e apoio à oferta do letramento em programação computacional nas instituições públicas de ensino, inclusive com a oferta de capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes da rede pública.</p> <p>A emenda proposta pelo relator suprime o art.1º do PL e renumera os demais, por entender ser desnecessário um artigo que somente repete o conteúdo da ementa.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Em 03/09/2019, foi lido o relatório; 2. A matéria constou da pauta da reunião de 13/08, 20/08, 27/08, 03/09, 10/09, 17/09, 24/09, 08/10 e 15/10/2019.
7	PLS 355/2017 Ementa: Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para denominá-la Lei Ruth Brilhante. Autoria: Senadora Fátima Bezerra [tramitação] Terminativo	Senador Jean Paul Prates	Pela aprovação com uma emenda que apresenta.	<p>O projeto visa a alterar a Lei 11.350/2006, que trata das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, para denominá-la Lei Ruth Brilhante.</p> <p>O relator propõe emenda de redação para que o artigo inserido pelo projeto seja o art. 19-A, permanecendo as cláusulas de vigência e revogação como seus últimos dispositivos.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Em 10/09/2019, foi lido o relatório; 2. A matéria constou da pauta da reunião de 03/09, 10/09, 17/09, 24/09, 08/10 e 15/10/2019.
8	PL 1747/2019 Ementa: Inscreve o nome do Cacique Serigy no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Autoria: Senador Rogério Carvalho [tramitação] Terminativo	Senador Jean Paul Prates	Pela aprovação.	<p>A proposição tem por objetivo determinar que seja inscrito o nome do Cacique Serigy no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Em 10/09/2019, foi lido o relatório; 2. A matéria constou da pauta da reunião de 03/09, 10/09, 17/09, 24/09, 08/10 e 15/10/2019.

Data da reunião: 22/10/2019

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
9	PL 549/2019 Ementa: Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências, para ampliar a proteção às torcedoras contra atos de violência em ambientes de prática esportiva. Autoria: Senadora Leila Barros [tramitação] Terminativo	Senador Flávio Arns	Pela aprovação com a emenda nº 1-CDH.	<p>O PL altera o Estatuto do Torcedor para ampliar a proteção das mulheres contra a violência em ambientes de prática esportiva, assegurando às torcedoras o direito de não sofrer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause risco de morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico ou dano moral ou patrimonial. Ademais, condiciona o acesso e a permanência dos torcedores nos recintos esportivos à abstenção de entoar cânticos e de ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com teor misógino, bem como de incitar ou praticar quaisquer atos de violência ou qualquer forma de assédio contra as mulheres.</p> <p>A emenda nº 1-CDH tem natureza redacional.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Em 17/09/2019, foi lido o relatório; 2. Em 25/04/2019, foi aprovado parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, favorável ao projeto com a emenda nº1-CDH; 3. A matéria constou da pauta da reunião de 17/09, 24/09, 08/10 e 15/10/2019.
10	PLS 26/2018 Ementa: Confere a Belém do Pará o título de Capital Nacional do Açaí. Autoria: Senador Flexa Ribeiro [tramitação] Terminativo	Senador Zequinha Marinho	Pela aprovação.	<p>O projeto propõe a concessão do título de “Capital Nacional do Açaí” para o Município de Belém do Pará.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Em 24/09/2019, foi lido o relatório; 2. A matéria constou da pauta da reunião de 09/07, 10/09, 17/09, 24/09, 08/10 e 15/10/2019.
11	PLS 75/2016 Ementa: Denomina Rodovia Senador Benedito Canellas o trecho da rodovia BR-070 compreendido entre o Município de Cuiabá e a fronteira Brasil/Bolívia, no Estado de Mato Grosso. Autoria: Senador Wellington Fagundes [tramitação] Terminativo	Senador Jorginho Mello	Pela aprovação com duas emendas que apresenta.	<p>O projeto tem por objetivo denominar o trecho da rodovia BR-070 compreendido entre o Município de Cuiabá e a fronteira Brasil/Bolívia, no Estado de Mato Grosso, de Rodovia Senador Benedito Canellas.</p> <p>O relator apresenta duas emendas, a fim de que o projeto se refira ao rodoanel de Cuiabá como um dos limites do trecho em questão. Dessa forma, evita-se que a nova denominação conflite com o objeto da Lei 12.585/2011, que denomina Senador Jonas Pinheiro o trecho das rodovias BR-070, BR-163 e BR-364 referente ao rodoanel de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Em 24/09/2019, foi lido o relatório; 2. A matéria constou da pauta da reunião de 24/09, 08/10 e 15/10/2019.
12	PL 3700/2019 Ementa: Confere ao Município de Sobral, no Estado do Ceará, o título de Capital Nacional da Educação. Autoria: Senador Cid Gomes [tramitação] Terminativo	Senador Confúcio Moura	Pela aprovação.	<p>O projeto propõe a concessão do título de “Capital Nacional da Educação” para o Município de Sobral, no Estado do Ceará.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Em 08/10/2019, foi lido o relatório; 2. A matéria constou da pauta da reunião de 17/09, 24/09, 08/10 e 15/10/2019.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
13	PLS 508/2018 Ementa: Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para declarar a seleção brasileira de futebol como integrante do patrimônio cultural brasileiro. Autoria: Senador Alvaro Dias [tramitação] Terminativo	Senador Eduardo Gomes	Pela aprovação.	<p>A proposição altera a Lei do Desporto, para declarar a seleção brasileira de futebol, nas suas diversas categorias, como integrante do patrimônio cultural brasileiro.</p> <p>1. Em 08/10/2019, foi lido o relatório; 2. A matéria constou da pauta da reunião de 08/10 e 15/10/2019.</p>
14	PL 3011/2019 Ementa: Denomina “Rodovia Governador Orleir Cameli” o trecho da Rodovia BR-364 compreendido entre os municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre. Autoria: Senadora Mailza Gomes [tramitação] Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação.	<p>O projeto tem por objetivo denominar o trecho da Rodovia BR-364 compreendido entre os municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, “Rodovia Governador Orleir Cameli”.</p> <p>1. Em 08/10/2019, foi lido o relatório; 2. A matéria constou da pauta da reunião de 08/10 e 15/10/2019.</p>
15	PL 3135/2019 Ementa: Confere ao Município de Vacaria, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional dos Rodeios Crioulos. Autoria: Senador Luis Carlos Heinze [tramitação] Terminativo	Senador Lasier Martins	Pela aprovação.	<p>O projeto propõe a concessão do título de “Capital Nacional dos Rodeios Crioulos” para o Município de Vacaria, no Estado do Rio Grande do Sul.</p> <p>1. Em 15/10/2019, foi lido o relatório; 2. A matéria constou da pauta da reunião de 08/10 e 15/10/2019.</p>
16	PL 4641/2019 Ementa: Confere ao Município de Divina Pastora, no Estado de Sergipe, o título de Capital Nacional da Renda Irlandesa. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves [tramitação] Terminativo	Senador Alessandro Vieira	Pela aprovação.	<p>O projeto propõe a concessão do título de “Capital Nacional da Renda Irlandesa” para o Município de Divina Pastora, no Estado de Sergipe.</p> <p>A matéria constou da pauta da reunião de 08/10 e 15/10/2019.</p>

Item	Identificação da matéria
17	<p>REQ (REQUERIMENTO) 102/2019 - CE</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "A importância da educação para o combate à disseminação das Fake News". Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Carla Arena, Sócia-Diretora da Amplifica; 2. João Alegria, Diretor-Geral do Canal Futura; 3. Patrícia Blanco, Presidente Executiva do Instituto Palavra Aberta; 4. Marlova Jovchelovitch Noleto, representante da Unesco no Brasil.</p> <p>Autoria: Senador Eduardo Gomes</p>

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.